



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 21 (*vinete e um*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 2ª (*segunda*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros(as) IVETE MAURÍCIO DE LIMA, MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVohl, DALCÍLIA BRUNO SOARES, FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE, FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO e FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1058/2017 – Auto de Infração: 1/201623882. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Relatora: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, e por voto de desempate do Presidente, dar-lhe provimento, para modificar a decisão absolutória exarada em 1ª Instância e declarar a **nulidade do feito fiscal**, acatando a preliminar suscitada pela Conselheira Relatora por cerceamento do direito de defesa, tendo em vista que não constam dos autos os relatórios de entradas e saídas que originaram o relatório totalizador. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrária ao entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado, que em sessão se manifestou contrário à nulidade por não vislumbrar cerceamento do direito de defesa, e favorável à realização de perícia para avaliar se todos os itens listados pela fiscalização passaram pelo processo de transformação, como alega a autuada. Vencidos os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares e Francileite Cavalcante Furtado Remígio, que foram contrários à nulidade suscitada, por entenderem que o contribuinte exerceu plenamente seu direito de defesa. As conselheiras Dalcília Bruno Soares e Francileite Cavalcante Furtado Remígio concordaram com o Procurador do Estado, quanto à realização da perícia. Os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Fredy José Gomes de Albuquerque e

Fernando Augusto de Melo Falcão acrescentaram ainda, que as informações que constam no CD produzido e apresentado pelo sujeito passivo com o objetivo de se defender da acusação, não podem suprir as ausências de omissões decorrentes do lançamento tributário, inclusive para fins de realização de perícia. Estiveram presentes para sustentação oral, os representante legais da autuada, Dr. Caio Araújo e Dr. Fernando Andrade. **Processo de Recurso nº 1/1056/2017 – Auto de Infração: 1/201623878. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, e por voto de desempate do Presidente, dar-lhe provimento, para modificar a decisão absolutória exarada em 1ª Instância e declarar a **nulidade do feito fiscal**, acatando a preliminar suscitada pelo Conselheiro Relator por cerceamento do direito de defesa, tendo em vista que não constam dos autos os relatórios de entradas e saídas que originaram o relatório totalizador. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrária ao entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado, que em sessão se manifestou contrário à nulidade por não vislumbrar cerceamento do direito de defesa, e favorável à realização de perícia para avaliar se todos os itens listados pela fiscalização passaram pelo processo de transformação, como alega a autuada. Vencidos os Conselheiros Francileite Cavalcante Furtado Remígio, Michel André Bezerra Lima Gradwohl e Dalcília Bruno Soares, que foram contrários à nulidade suscitada, por entenderem que o contribuinte exerceu plenamente seu direito de defesa. As conselheiras Dalcília Bruno Soares e Francileite Cavalcante Furtado Remígio concordaram com o Procurador do Estado, quanto à realização da perícia. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque, Fernando Augusto de Melo Falcão e Ivete Maurício de Lima acrescentaram ainda, que as informações que constam no CD produzido e apresentado pelo sujeito passivo com o objetivo de se defender da acusação, não podem suprir as ausências de omissões decorrentes do lançamento tributário, inclusive para fins de realização de perícia. Estiveram presentes para sustentação oral, os representante legais da autuada, Dr. Caio Araújo e Dr. Fernando Andrade. **Processo de Recurso nº 1/1055/2017 – Auto de Infração: 1/201623874. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Relatora: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, e por voto de desempate do Presidente, dar-lhe provimento, para modificar a decisão absolutória exarada em 1ª Instância e declarar a **nulidade do feito fiscal**, acatando a preliminar suscitada pelo Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque por cerceamento do direito de defesa, tendo em vista que não constam dos autos os relatórios de entradas e saídas que originaram o relatório totalizador. Decisão nos termos do voto do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Fernando Augusto de Melo Falcão, que ficou designado para lavrar a Resolução, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrária ao entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado, que em sessão se manifestou contrário à nulidade por não vislumbrar cerceamento do direito de defesa, e favorável à realização de perícia para avaliar se todos os itens listados pela fiscalização passaram pelo processo de transformação, como alega a autuada. Vencidos os Conselheiros Francileite Cavalcante Furtado Remígio, relatora originária, Michel André Bezerra Lima Gradwohl e Dalcília Bruno Soares, que foram contrários à nulidade suscitada, por entenderem que o contribuinte exerceu plenamente seu direito de defesa. As conselheiras Dalcília Bruno Soares e Francileite Cavalcante Furtado Remígio concordaram com o Procurador do Estado, quanto à realização da perícia. A Conselheira Francileite Cavalcante ressaltou em seu voto, que consta dos autos, CD com as informações necessárias a realização do levantamento fiscal. Os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Fredy José Gomes de Albuquerque e Fernando Augusto de Melo Falcão

acrescentaram ainda, que as informações que constam no CD produzido e apresentado pelo sujeito passivo com o objetivo de se defender da acusação, não podem suprir as ausências de omissões decorrentes do lançamento tributário, inclusive para fins de realização de perícia. Estiveram presentes para sustentação oral, os representante legais da autuada, Dr. Caio Araújo e Dr. Fernando Andrade. **Processo de Recurso nº 1/1053/2017 – Auto de Infração: 1/201623871. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, e por voto de desempate do Presidente, dar-lhe provimento, para modificar a decisão absolutória exarada em 1ª Instância e declarar a **nulidade do feito fiscal**, acatando a preliminar suscitada pelo Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque por cerceamento do direito de defesa, tendo em vista que não constam dos autos os relatórios de entradas e saídas que originaram o relatório totalizador. Decisão nos termos do voto do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque, que ficou designado para lavrar a Resolução, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrária ao entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado, que em sessão se manifestou contrário à nulidade por não vislumbrar cerceamento do direito de defesa, e favorável à realização de perícia para avaliar se todos os itens listados pela fiscalização passaram pelo processo de transformação, como alega a autuada. Vencidos os Conselheiros Dalcília Bruno Soares, relatora originária, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Michel André Bezerra Lima Gradvohl, que foram contrários à nulidade suscitada, por entenderem que o contribuinte exerceu plenamente seu direito de defesa. As conselheiras Dalcília Bruno Soares e Francileite Cavalcante Furtado Remígio concordaram com o Procurador do Estado, quanto à realização da perícia. A Conselheira Dalcília Bruno Soares ressaltou em seu voto, que consta dos autos, CD com todos os elementos necessários a realização de perícia, arquivos de notas fiscais e EFD. Os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Fredy José Gomes de Albuquerque e Fernando Augusto de Melo Falcão acrescentaram ainda, que as informações que constam no CD produzido e apresentado pelo sujeito passivo com o objetivo de se defender da acusação, não podem suprir as ausências de omissões decorrentes do lançamento tributário, inclusive para fins de realização de perícia. Estiveram presentes para sustentação oral, os representante legais da autuada, Dr. Caio Araújo e Dr. Fernando Andrade. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 22 de julho do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira  
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza  
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA